



Redes sociais e tecnologias digitais de informação e comunicação

Relatório final de pesquisa

Pesquisa elaborada por **Sonia Aguiar**, na condição de pesquisadora associada do Nupef, no período de março a agosto de 2006

Resumo

a atuação em rede (networking) é, hoje, uma importante forma de expressão dos interesses coletivos que se expande na medida do aumento da complexidade da vida cotidiana nas diferentes sociedades. Isto fica evidente com a intensificação da globalização econômica nesta fase de expansão do capitalismo neoliberal. Não é à toa que as idéias de “glocal” e de “sociedade planetária” são temas emergentes nas pesquisas sobre comunicação e desenvolvimento.

Este trabalho discute a trajetória, as tendências e as lacunas dos estudos sobre redes sociais no Brasil, a partir da literatura acadêmica produzida nos últimos dez anos (1996-2006) por pesquisadores doutores com currículos disponíveis na Plataforma Lattes. O levantamento bibliográfico, que abrangeu dez disciplinas das ciências humanas e sociais, mostra um crescimento exponencial do interesse pelas “redes” a partir do ano 2000, claramente sob o impacto do uso da Internet.

Abstract

Networking is currently an important way of expressing collective interests, which expansion reflects the increasing complexity of the daily life in societies. This is evidenced with the intensification of the economic globalization in the present phase of the neoliberal capitalism expansion. This paper presents some of the academic research approaches to social networks in Brazil over the past ten years (1996-2006) and discusses its current tendencies and gaps. The bibliographical survey covered ten areas in human and social sciences and shows an exponential growth of the number of specialists and studies on networking after year 2000, what is clearly influenced by the increasing use of the Internet since then. This work is also related to the emerging focus on “glocal change” and “planetary society” in Communication for Development studies. However, in spite of the growing virtuality in social relations in our time, there is still relevant interest among researchers in investigating the links between social networks and the studies on territorialities.

Sumário

1. Introdução
2. Premissas: de que falamos quando falamos em "redes"?
3. O "estado da arte" da pesquisa acadêmica sobre redes sociais no Brasil (1996-2006)
 - Áreas de conhecimento e multidisciplinaridade
 - Mapa temático das pesquisas sobre redes nas ciências humanas e sociais
 - Referenciais teóricos e tendências metodológicas
4. Da teoria às práticas
 - As teias invisíveis para a pesquisa
 - Redes de ambientalistas: um modelo
 - O papel dos contra-especialistas
 - Redes sociais nas redes digitais
5. Caminhos a desbravar

1. Introdução

Este relatório apresenta os resultados de pesquisa inédita sobre o “estado da arte” dos estudos de redes sociais realizados no Brasil nos últimos dez anos (1996-2006), solicitada pelo Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação da Rede de Informações para o Terceiro Setor. O **Nupéf-Rits** foi criado em 2005, com o objetivo geral de “responder a demandas de estudos e pesquisas” relacionados ao “fortalecimento da sociedade civil por meio do uso de metodologias e tecnologias de ação em rede”.

O trabalho procurou levantar, sistematizar e avaliar – em caráter exploratório – o conhecimento acumulado sobre redes sociais no país e as práticas a elas relacionadas, tendo como eixo principal uma busca pela palavra-chave “redes” realizada nos currículos armazenados na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

A escolha desta base de dados como “campo empírico” justifica-se pelo fato de o CV-Lattes ter se tornado, há quatro anos, obrigatório para todos os pesquisadores, orientadores e estudantes de doutorado, mestrado e iniciação científica que recebem bolsas do CNPq. Além disso, o órgão tem estimulado o intercâmbio de dados entre o seu banco de currículos e as bases cadastrais de universidades, instituições de pesquisa e outras agências financiadoras. Com isso, acabou tornando-se uma referência e uma vitrine da pesquisa no país¹.

Esta e outras opções metodológicas realizadas ao longo da investigação procuraram sempre não perder de vista os objetivos institucionais do **Nupéf**, sobretudo os relacionados a duas das linhas de trabalho eleitas como prioritárias:

- o papel das redes baseadas no uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) para fortalecimento da sociedade civil
- o impacto dessas tecnologias nas organizações, redes e movimentos da sociedade civil

A fundamentação teórica dessas escolhas apóia-se na constatação de que, apesar do papel que ocupam nas sociedades contemporâneas, as “redes” ainda são um terreno nebuloso, cujos contornos assumem as características das teorias dominantes em cada campo a partir do qual são observadas (como as abordagens da sociabilidade, a teoria das organizações, a economia política ou a ciência da computação, por exemplo).

Por isso optou-se pelo recorte teórico-metodológico das “redes sociais”, cujos conceitos básicos e técnicas de análise remontam a estudos desenvolvidos entre as décadas de 1930 e 80, no âmbito da Antropologia e da Sociologia, bem antes de as tecnologias de informação e comunicação (TICs) assumirem papel significativo na intermediação das relações interpessoais e sociais. Foram esses estudos que começaram a utilizar as metáforas de “tecido” e “teia” para dar conta das relações de “entrelaçamento” e de “interconexão” através das quais as interações humanas e as ações coletivas são articuladas. Ou seja, muitas idéias e reflexões afloraram antes de o economista Manuel Castells e o físico Fritjof Capra lançarem seus holofotes sobre as redes – um motivado pelo interesse na globalização, e o outro pela filosofia do conhecimento.

Ao longo desses mais de 75 anos, predominaram estudos com forte base empírica, centrados em análises das estruturas de conexões entre indivíduos e grupos

1 - Segundo o site da Plataforma (<http://lattes.cnpq.br/index.htm>), o CNPq recebeu 604.395 currículos até 18/10/2005, prazo em que foram cadastrados 77.649 pesquisadores, dos quais 62% doutores e 53% do sexo masculino.

sociais, sempre baseadas em relações de comunicação e intercâmbio de informação para determinados fins de sociabilidade, adaptabilidade ou ação coletiva. O advento e a disseminação das redes eletrônicas entre ativistas de movimentos sociais e participantes de organizações da chamada sociedade civil, a partir dos anos 1980, trouxeram novos desafios para pesquisa. No entanto, até meados da década de 1990, a maior parte das reflexões sobre essas novas redes sociais foi produzida por seus próprios praticantes, enquanto os pesquisadores – sobretudo os norte-americanos –, preocupavam-se mais com o desenvolvimento de técnicas e ferramentas computacionais que dessem conta da descrição e análise de redes com grande número de nós.

Atualmente existem diferentes métodos e dezenas de programas para análise de redes sociais, ainda fortemente marcados pela tradição estruturalista, que deixam em segundo plano a compreensão dos processos de “enredamento”, as características das interconexões e os fatores que influenciam as dinâmicas das redes (objetivos táticos e estratégicos, perfil dos participantes, competência técnica requerida, recursos financeiros e tecnológicos envolvidos, “cultura” organizacional etc).

É com base no rico potencial de análise dessas dinâmicas e processos que este relatório aponta, ao final, novas possibilidades de estudos e pesquisas que relacionem redes, conhecimento e emancipação – ou empoderamento (*empowerment*), como preferem as ONGs.

Caminhos e desvios metodológicos

A busca realizada no Sistema Eletrônico de Currículos da Plataforma Lattes deu ênfase à identificação dos pesquisadores brasileiros envolvidos com estudos

de redes produzidos entre 1996 e 2006, de alguma forma relacionados aos focos de interesse priorizados pelo Nupef. A partir desses currículos foi feito um levantamento bibliográfico pertinente a essas temáticas, incluindo abordagens que relacionassem redes sociais e redes digitais ou TDICs.

No entanto, logo de início foram enfrentadas sérias dificuldades no manuseio da ferramenta de busca do sistema Lattes – que ainda não suporta buscas com muitas variáveis e recuperação de grande número de resultados encontrados. Estes oscilavam muito a cada repetição e os filtros não funcionavam adequadamente (por ex. na busca por “área de atuação”, que é igual a área de conhecimento, os resultados traziam “enxertos” de outras áreas, o que exigia uma depuração manual). Ainda assim, foi possível fazer uma inferência da proporção de pesquisadores que exploram o tema por área de conhecimento, conforme sintetizado no Quadro 1:

QUADRO 1: PESQUISADORES DE TODOS OS NÍVEIS DE FORMAÇÃO RECUPERADOS PELA PALAVRA “REDES” E PELA EXPRESSÃO “REDES SOCIAIS” EM CADA ÁREA DE ATUAÇÃO

ÁREAS DE ATUAÇÃO	“REDES” (%)	“REDES SOCIAIS” (%)
Ciências Humanas	15,7	47,9
Ciências Sociais Aplicadas	14,2	28,6
Ciências Exatas e da Terra	27,5	4,9
Engenharias	29,3	0,8
Outras:	13,2	17,8
	em números absolutos	
• Ciências da Saúde	277	122
• Ciências Biológicas	248	6
• Ciências Agrárias	232	6
• Letras e Artes	171	27

Os dados acima deixaram claro a diferença de foco existente entre as abordagens genéricas de “redes” (majoritariamente concentradas nas áreas técnicas) e as das “redes sociais”, o que orientou a concentração da busca em seis disciplinas das Ciências Humanas (Antropologia, Ciência Política, Sociologia, Psicologia, Educação e Geografia) e quatro da área denominada pelo CNPq de Ciências Sociais Aplicadas: Comunicação, Ciência da Informação, Economia e Administração.

Em todas elas, foram privilegiados os estudos sobre interações de pessoas e relações sociais entre indivíduos, grupos, comunidades e organizações, que melhor atendem aos objetivos institucionais do Nupef. Em contrapartida, foram descartados aqueles que se concentram em redes logísticas (transportes, distribuição, exportação), redes de estabelecimentos (bibliotecas, supermercados, empresas, etc), redes de infraestrutura comunicacional (computadores, satélites, telefonia, TV, rádio), e ainda redes de termos, de citações, de leituras e de sentidos (estudadas sobretudo pela Ciência de Informação e pela área de Letras e Artes). Essa linha de investigação difere da abordagem de Castells em *A sociedade em rede*, que não vê diferença entre os nós de uma rede de pessoas e os de uma rede de emissoras de TV, por exemplo (ver mais adiante). Da depuração criteriosa dessa busca resultou uma relação de 78 pesquisadores doutores vinculados a 44 instituições públicas e privadas, com seus respectivos temas de estudos relacionados a redes sociais, bem como uma seleção de 21 grupos, núcleos e centros de pesquisa que atuam no tema.

O levantamento na Plataforma Lattes foi complementado por uma busca por palavras-chave utilizando a ferramenta Google (www.google.com.br), que visava identificar e localizar redes sociais ativas no Brasil, sobretudo as que envolvem ONGs, movimentos sociais

e outras organizações do chamado terceiro setor. No entanto, em função do número expressivo de páginas recuperadas (ver Quadro 2), os resultados dessa busca foram utilizados apenas de forma exploratória, no confronto entre os campos de práticas e de pesquisa, e na complementação do amplo levantamento bibliográfico, já a disposição para consulta pública no site do Núcleo (www.nupef.org.br).

QUADRO 2: NÚMERO DE PÁGINAS RECUPERADAS PELO GOOGLE POR PALAVRAS-CHAVE EM MARÇO DE 2006 (SÓ BRASIL)

rede + ONG	769.000 ¹
redes sociais	85.000
redes + TICs	50.700
redes digitais	38.600
redes sociotécnicas	177
redes sócio-técnicas	162
¹ eram 19.900 em 2002	

2. Premissas: de que falamos quando falamos em “redes”?

A trajetória dos estudos sobre redes sociais no cenário Acadêmico internacional pode ser dividida em quatro fases fundamentais:

- a) aqueles produzidos entre os anos 1930 e 1970 – sobretudo nos Estados Unidos – no âmbito da Antropologia, da Sociologia e da Psicologia Social marcadamente estruturalistas e funcionalistas, em que predominaram as análises sociométricas de organizações sociais, a busca por identificação de padrões de vínculos interpessoais em contextos sociais específicos, e a investigação das estruturas de relações comunitárias em tribos e aldeias;
- b) o desenvolvimento da “análise de redes sociais” (*social network analysis*) como uma especialidade de pesquisa nas Ciências Sociais, entre os anos 1970-90, com apoio de programas de computador que ficaram muito tempo restritos a pesquisadores familiarizados com a linguagem matemática e acostumados a metodologias altamente técnicas e quantitativas;
- c) a emergência de pesquisas multidisciplinares motivadas pelo aumento da complexidade da vida urbana e pelas comunicações mediadas por computador, a partir de meados dos anos 1980, em que as metáforas de rede são retomadas como base para análise de fluxos de informação através das interações entre pessoas, grupos humanos e organizações, sob forte influência da teoria dos sistemas²;
- d) e a fase atual, em que a análise de redes sociais se sofisticou com o apoio de variadas técnicas e ferramentas computacionais, agora mais acessíveis,

porém é ignorada pelas correntes de pensamento capitaneadas por Pierre Levy e Manuel Castells, que só enxergam “a rede” como a macroestrutura globalizada de redes interpessoais, comunitárias e organizacionais conectadas à Internet.

No Brasil, as redes sociais começaram a despertar interesse acadêmico na década de 1990, na esteira das pesquisas sobre as novas formas associativas, os movimentos sociais e as organizações não-governamentais (ONGs), que emergiram dos processos de resistência à ditadura militar, de redemocratização do país, de globalização da economia e de proposição do desenvolvimento sustentável. Mas em 1996, marco inicial desta pesquisa, havia somente um livro publicado sobre o assunto – *Redes de Movimentos Sociais*, de Ilse Sherer-Warren³ –, que na verdade mencionava as redes apenas nas suas últimas 12 páginas (em 124), como “uma perspectiva para os anos 90”. E só trazia, em sua extensa bibliografia, um único título sobre análise de redes sociais, que então já tinha uma base acumulada de mais de três décadas de pesquisas, sobretudo nos Estados Unidos e Canadá, mas também em alguns países da Europa. A produção nacional sobre o assunto só deslançou ao longo da segunda metade da década, tornando-se mais significativa a partir do ano 2000, claramente sob o impacto do uso da Internet.

Além dos critérios metodológicos descritos na introdução, o levantamento de dados para esta pesquisa e sua análise foram orientados pelas seguintes premissas:

- mais do que estruturas de relações, as redes sociais são métodos de interações que sempre visam algum tipo de mudança concreta na vida do

2- Para detalhamento dessas três primeiras fases ver: Lopes, Sonia Aguiar. A teia invisível. *Informação e contra-informação nas redes de ONGs e movimentos sociais*. Tese de doutorado. Ibict-ECO-UFRJ, 1996 (Biblioteca CFCH-UFRJ - <http://www.sibi.ufrj.br/cfch.html>)

3- Sherer-Warren, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. S. Paulo, Loyola, 1993. (<http://livraria.loyola.com.br/>)

indivíduo, no coletivo e/ou na(s) organização(ões) envolvidos;

- isto significa que os elementos que compõem a sua estrutura (nós, elos, vínculos, papéis) são indissociáveis da sua dinâmica (frequência, intensidade e qualidade dos fluxos entre os nós);

- significa, também, que redes e sistemas não são equivalentes, embora possam em certos casos ter estruturas semelhantes ou até justapostas;

- redes sociais são, antes de qualquer coisa, relações entre pessoas, estejam elas interagindo em causa própria, em defesa de outrem ou em nome de uma organização;

- redes sociais tendem a ser abertas à participação (por afinidades) e não-deterministas nos seus fins (que podem ir sendo modificados ao sabor dos acontecimentos, porém mantendo a motivação inicial que gerou a rede);

- já um "sistema em rede" tende a ser fechado (delimitado por certos critérios formais de participação) e determinista (com funções pré-estabelecidas); é o que diferencia, por exemplo, uma rede de ambientalistas de uma rede de supermercados, de escolas ou de bibliotecas;

- mas tanto a rede social quanto o sistema em rede podem ser mediados ou não por tecnologias de informação e comunicação (TICs); ou ainda serem híbridos – quando parte dos seus participantes não tem acesso a essas tecnologias, formando "teias invisíveis" que se comunicam com a rede através de "indivíduos-ponte";

- além disso, redes sociais informais – como as que se formam espontaneamente nas relações cotidianas, mediadas ou não por TICs –, são mais flexíveis e não-deterministas do que redes organizacionais e interorganizacionais, sujeitas a diferentes graus de formalização, conforme o perfil dos participantes e dos seus objetivos estratégicos e táticos.

Metáforas de redes

As teorias das redes vêm sendo desenvolvidas com base em metáforas representativas de relações entre elementos humanos e não-humanos. Todas remetem, necessariamente, a inter-relações, associações encadeadas, interações, relações de comunicação e/ou intercâmbio de informação.

Todas são usadas como modelos de organização e/ou para análise de redes; a diferença entre elas está na forma como a informação flui entre os nós, no grau de complexidade das interações e na dinâmica da rede ao longo do tempo. As metáforas utilizadas para representar as redes expressam essas características.

- **árvore** – modelo no qual a informação parte de uma "raiz" e se difunde ou dissemina através de "ramos" ou ramais, isto é, um processo comunicativo que se ramifica até um certo limite (se for "podado") ou pode se desdobrar indefinidamente, com a agregação de novos integrantes.

É uma concepção antiga de rede de comunicação, na qual foram baseados, inicialmente, os sistemas distribuídos de computadores. É também o modelo de redes de tele-rádiodifusão (*broadcast*), em que a produção é centralizada e distribuída para emissoras "repetidoras"

da programação. Segue o princípio da comunicação de um para muitos; pressupõe uma comunicação controlada, hierarquizada – e muitas vezes unidirecional. É, portanto, um modelo que representa melhor sistemas de comunicação do que redes.

- **malha ou trama** – a representação mais simples de rede, composta por ligações simétricas entre os "nós" (como numa rede de pesca), que pressupõem relações equidistantes de comunicação e fluxos regulares de informação; as mensagens fluem por "contágio", de nó em nó (ou cadeias pessoa-a-pessoa), como na propagação de boatos, na disseminação de "correntes" e na propaganda boca-em-boca. Mas sua dinâmica é imprevisível – tanto sobre como começou quanto como e quando vai parar.

É o modelo que vem sendo reapropriado para a configuração de redes comunitárias sem fio (usando tecnologias Wi-Fi ou WiMax e topologia *mesh*⁴), em que cada computador é ao mesmo tempo receptor e transmissor (ou roteador) de uma conexão à Internet para o computador mais próximo, formando uma rede ponto-a-ponto (ou comunicação viral, na concepção do pesquisador do MIT Andrew Lippman⁵).

- **teia** – indica um padrão de relações que se desenvolvem radialmente, a partir de uma liderança, de uma coordenação ou de um centro "irradiador" que distribui mensagens para todos os pontos da rede; embora pressuponha uma relação horizontal, não hierárquica, entre os nós, não há comunicação direta entre eles; qualquer mensagem tem que ser enviada a um nó central (uma máquina ou uma pessoa), que a distribui para todos os demais (comunicação de todos para um,

um para todos), mas não para um ou alguns nós específicos (comunicação seletiva).

A teia pressupõe uma certa homogeneidade ou equivalência entre os seus participantes, em termos de conhecimentos, recursos, interesses e/ou objetivos compartilhados; é o modelo mais utilizado nas redes organizacionais e interorganizacionais (empresas, ONGs, organizações do terceiro setor) e nas listas de discussão. Por terem um fim em comum bem delimitado, seus integrantes tentam manter a dinâmica da rede sob controle. Mas quanto maior for a participação no fluxo de informações da rede, menor será o seu grau de previsibilidade.

- **rizoma** – é a metáfora que tenta dar conta de uma multiplicidade de relações assimétricas de comunicação, desencadeadas em vários pontos simultaneamente, e de fluxos acentrados e não-regulares de informação (no tempo e no espaço), nos quais não é possível identificar um ponto "gerador" único.

Um rizoma caracteriza-se pela multidirecionalidade: o fluxo de informações pode partir de qualquer ponto, ou de vários, e qualquer pessoa pode enviar mensagens para quem quiser, ou para todos, simultaneamente; os papéis de emissor e receptor são intercambiáveis; e a circulação de informação por toda a rede independe de uma instância central. Caracteriza-se também pela heterogeneidade dos seus nós e vínculos: relações e sentidos são estabelecidos de modos muito diversos, e o rompimento de um ponto qualquer das cadeias de comunicação não compromete o reconhecimento do todo; rupturas, "linhas de fuga" e mecanismos de auto-reorganização são próprios da sua dinâmica.

4- ver em: <http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,0I522341-El4887.00.html> e <http://www.clicnews.com.br/eventos/view.htm?id=47283>

5- Massachussets Institute of Technology – Andrew Lippman: Viral Communications: <http://web.media.mit.edu/~lip/>.

Um rizoma é tipicamente a configuração das conexões interpessoais estabelecidas na vida cotidiana e via Internet. Ou seja, é a representação do padrão mais complexo de rede, de dinâmica imprevisível – ainda que com probabilidades analisáveis⁶.

Redes sociais

As interações de indivíduos em suas relações cotidianas – familiares, comunitárias, em círculos de amizades, trabalho, estudo, militância etc – caracterizam as redes sociais informais, que surgem sob as demandas das subjetividades, das necessidades e das identidades.

Mas redes sociais também podem ser fomentadas por indivíduos ou grupos com poder de liderança, que articulam pessoas em torno de interesses, necessidades e/ou objetivos (estratégicos e táticos) comuns. Os participantes desse tipo de rede podem atuar como indivíduos ou como atores sociais – neste caso representando (ou atuando em nome de) associações, movimentos, comunidades, empresas etc. Redes sociais plurais são formadas por indivíduos e atores sociais; redes organizacionais ou interorganizacionais são aquelas em que os participantes atuam apenas institucionalmente.

A organização e a análise de uma rede social devem levar em conta dois aspectos indissociáveis: a sua estrutura e a sua dinâmica.

a) Estrutura

Diz respeito aos componentes da rede: os “nós”, constituídos pelos indivíduos e atores que circulam e/ou trocam informação; os elos (*links*) que unem dois ou mais nós (interesses, afinidades, objetivos táticos ou estratégicos etc); os tipos de vínculos (*ties*) estabelecidos entre os nós; e os papéis que cada nó exerce nas inter-relações.

- nas redes não-mediadas por um nó “central”, qualquer pessoa pode contatar certos indivíduos e ignorar muitos outros (sobretudo quando a rede é muito extensa); ou comunicar-se mais intensamente com uns do que com outros; ou seja, pode manter vínculos fortes ou fracos, recíprocos e não-recíprocos;

- vínculos fortes podem ser intensos e/ou duradouros; mas vínculos “fracos” (eventuais e/ou informais) não significam, necessariamente, comunicação menos eficaz ou menos relevante⁷;

- pessoas que interagem entre si com maior frequência (vínculos recíprocos) do que com outros participantes da mesma rede formam subgrupos (cliques⁸ ou *clusters*⁹) em torno de interesses específicos que são compartilhados; um indivíduo ou uma organização pode fazer parte de mais de um clique dentro da mesma rede.

⁶- A noção de rizoma aqui utilizada é baseada em Gilles Deleuze e Félix Guattari (*Introdução: rizoma*. In: Mil platôs; capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro, Ed.34, 1995, vol. 1. p. 31-37.). Para eles, as metáforas de rede não são necessariamente excludentes: *No coração de uma árvore, no oco de uma raiz ou na axila de um galho, um novo rizoma pode se formar. (...) Ser rizomorfo é produzir hastes e filamentos que parecem raízes, ou, melhor ainda, que se conectam com elas penetrando no tronco, podendo fazê-las servir a novos e estranhos usos (p. 25).*

⁷- Pesquisa realizada pelo americano Mark Granovetter em 1973 (*A força dos vínculos fracos*), sobre como as pessoas de uma comunidade encontravam trabalho, mostrou que contatos acidentais e informais resultaram em informação mais valiosa para o fim pretendido. Ou seja, os vínculos ocasionais com certos conhecidos “bem relacionados” revelaram-se informacionalmente mais “fortes” no processo de busca de emprego do que os entre amigos próximos.

Ver em: *The strength of weak ties: a network theory revisited*

⁸- Definido como “pequeno grupo de pessoas íntimas entre si, dotadas de intenso espírito grupal, com base em sentimentos e interesses comuns” (Dicionário Executivo Michaelis).

⁹- Termo derivado da computação que designa um aglomerado de computadores ligados em rede que se comunicam através do sistema como se fossem uma única máquina de grande porte; vem sendo muito utilizado nos estudos sobre redes inter-organizacionais para designar certos aglomerados de empresas dentro de uma rede de negócios.

- os vínculos entre os participantes de uma rede também podem ser estabelecidos direta ou indiretamente (exemplo, uma pessoa que não tem e-mail pede a alguém para enviar um aviso aos demais participantes da rede);

- um indivíduo pode comunicar-se frequentemente sobre o mesmo assunto com diferentes pessoas (elos múltiplos) e eleger um nó preferencial para interagir sobre múltiplos conteúdos;

- estudos empíricos em diferentes contextos podem revelar outros padrões de vínculos.

Além dos tipos de vínculos que estabelecem na rede, os indivíduos e atores sociais também podem exercer determinados papéis nas interações e no fluxo de informações:

- **nós ativos** são aqueles que mais frequentemente tomam a iniciativa da comunicação ou que alimentam a rede de informações relevantes com maior frequência;

- **nó focal** é aquele que recebe o maior fluxo de mensagens da rede (como é o caso do moderador, do coordenador ou do animador);

- **isolados** são aqueles que mantêm um comportamento passivo na rede, acompanhando o fluxo de informações e discussões, mas raramente participando das ações comunicativas;

- **líderes de opinião** são pessoas capazes de influenciar as atitudes de um indivíduo, de um grupo ou de todos os participantes de uma rede; a liderança pode se revelar a partir de uma iniciativa individual ou durante a discussão de determinado tópico;

- **especialistas** são pessoas reconhecidas como detentoras de certos conhecimentos e/ou experiências vitais para a dinâmica e os objetivos da rede; quando todos se reconhecem como especialistas (ou praticantes) no tema em questão, tem-se uma **rede sociotécnica**;

- **ponte** é o papel exercido por quem atua como o único elemento de ligação entre dois ou mais cliques, a partir da sua posição como membro de todos eles; ou que transita informação entre uma ou mais redes das quais participe;

A observação desses tipos de vínculos e de papéis em uma rede é particularmente importante para os articuladores e animadores de redes fomentadas, pois permite identificar os grupos de interesses compartilhados e intervir na dinâmica da rede.

b) Dinâmica

Corresponde ao processo de desenvolvimento das relações espaço-temporais estabelecidas na rede, e pode ser observada por quatro aspectos principais:

- o padrão do fluxo de informação entre os nós (correspondente às metáforas vistas anteriormente);

- o ritmo das interconexões e do fluxo de informação, que pode ser contínuo ou descontínuo, regular (periódico), sazonal ou eventual;

- os graus de participação dos integrantes da rede (frequência com que se comunicam e a qualidade do que comunicam);

- os efeitos dessa participação nos demais membros e no desenvolvimento da rede;

A horizontalidade das interconexões e do fluxo de informações – enfatizada como a marca registrada da

rede – não é condição suficiente para garantir a plena participação nem a efetiva democratização dos processos decisórios, que dependem também da qualidade dos vínculos estabelecidos entre os participantes e dos conteúdos mobilizadores que circulam pela rede.

Toda rede possui uma temática geral, que serve de motivação e aglutinação de seus participantes, e que se desdobra em subtemas gerados por interesses específicos que vão surgindo ao longo do seu desenvolvimento.

Mas esse desenvolvimento pode não ser simplesmente contínuo ou descontínuo, rápido ou lento, admitindo posições intermediárias de aceleração e desaceleração, em função de determinadas circunstâncias que animam, fragmentam ou estancam a intercomunicação.

Os graus de participação dependem: do interesse dos integrantes na temática da rede e nos conteúdos nela veiculados; do fluxo de mensagens que estimulem a participação; das ações comunicativas que propiciam a interação dos nós; das barreiras e facilidades dos participantes para lidar com os meios e recursos de interação (competências técnicas e lingüísticas, referenciais de mundo compartilhados etc).

Nas redes espontâneas, os tipos de ações comunicativas que “animam” as interações costumam ser mais abrangentes do que as estimuladas em uma rede orientada por objetivos institucionais. Os “animadores” de uma rede – que podem ser lideranças “naturais” ou moderadores instituídos – procuram superar as barreiras de comunicação dos participantes em potencial, de forma a ampliar o espectro de alcance da rede, quando desejável. Para isso, procuram facilitar o “trânsito” de mensagens, lançando mão de traduções, explicações complementares, glossários etc, sempre que identificam ruídos de comunicação. Além disso, têm que lidar com

eventuais falas dissonantes e/ou *clusters* desagregadores que possam perturbar a dinâmica da rede. Ou seja, a comunicação horizontal, não-hierárquica, é sujeita a controvérsias no processo de construção de consensos.

Ao contrário de um sistema, que tende a estabilidade quando a relação entre todos os seus elementos está sob controle, as redes sempre tendem a fluidez ou a uma dinâmica não-linear. Mesmo em uma rede não-espontânea, orientada por objetivos pré-definidos institucionalmente, não há possibilidade de previsão nem de garantia de controle de todas as interações que nela vão surgir. Por isso é difícil planejar a organização de uma rede de forma rígida e detalhada, ainda que se tenha claros seus objetivos, potencialidades e limites. Toda rede possui uma face visível, observável a partir dos registros das trocas efetuadas por determinados meios (cartas, faxes, registros de reuniões, e-mails, páginas web etc) ou em territórios delimitáveis (escola, igreja, fábrica, bairro etc); e uma face invisível, resultante do potencial multiplicador de cada nó para fora do seu “ambiente”.

Redes e TDICs – relativizando Castells

Embora o crescimento e a extensão das redes sociais nos últimos dez anos possam ser atribuídos, de forma significativa, à disseminação da Internet comercial, a abordagem aqui proposta leva em conta também os “elos invisíveis” através dos quais circulam informação e conhecimento, permitindo a expansão da rede para além dos meios digitalizados, das instituições legitimadas e dos detentores de poder. Esse tipo de abordagem é fundamental em contextos de alto grau de infoexclusão, como nos países da América Latina, Caribe e África, ou mesmo nos “bolsões de pobreza” dos países ricos.

No entanto, as recentes discussões sobre o papel das “redes” na contemporaneidade têm sido reduzidas às inter-relações de indivíduos, grupos, comunidades e organizações que ocorrem no âmbito da “teia mundial de computadores”, e são sustentadas quase em uníssono pela utilização da obra fundadora da trilogia de Manuel Castells – *A sociedade em rede* – como principal (quando não única) referência bibliográfica sobre “redes”. Castells define “rede” como qualquer conjunto de nós interconectados:

Concretamente, o que é um nó depende do tipo de redes concretas de que falamos. São mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede dos fluxos financeiros globais. São conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede política que governa a União Européia. São campos de coca e papoula, laboratórios clandestinos, pistas de aterrissagem secretas, gangues de rua e instituições financeiras para lavagem de dinheiro na rede de tráfico de drogas que invade as economias, sociedades e Estados do mundo inteiro. São sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipes para cobertura jornalística e equipamentos móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global da nova mídia no âmago da expressão cultural e da opinião pública, na era da informação. (Castells, 2003, p.566)

Como observa Prado, “a definição de Castells coloca no mesmo saco inúmeros tipos de redes”, pasteurizando, assim, diferentes padrões e processos de enredamento. Mais ainda, apresenta como equivalentes “nós” humanos (pessoas) e não-humanos (centrais de serviços,

laboratórios clandestinos, pistas de aterrissagem). Além disso, Castells inverte as regras do jogo quando diz que “o que define um nó, concretamente falando, é o tipo concreto de rede ao qual ele pertence”. Porém, na prática, a estrutura e a dinâmica de uma rede dependem dos perfis dos nós que a configuram, dos objetivos de ação coletiva propostos, e da qualidade, intensidade e frequência das inter-relações.

A definição de Castells (...) é diferente da que emprega a corrente da sociologia contemporânea voltada ao estudo social da ciência e tecnologia. Na visão de Bruno Latour, por exemplo, uma rede sociotécnica caracteriza-se antes de tudo por seu caráter heterogêneo e pela absoluta imprevisibilidade quanto às articulações de que se compõe. (Abramovay, 2000, p.4)

Sob a perspectiva do seu globalismo economicista¹⁰, Castells vê as redes como estruturas abertas que só tendem a se expandir. Mas a dinâmica das redes sociais é mais complexa: não são obrigatoriamente evolutivas; também podem encolher e, muito freqüentemente, ganham e perdem nós ao longo do seu percurso, sem perderem sua identidade, assim como ocorrem mudanças qualitativas nos vínculos entre esses nós. Isto sem contar que nem todas as ligações são intermediadas por tecnologias de informação e comunicação. Ainda como argumenta Prado, o discurso de Castells naturaliza a Internet na medida em que oculta “o conflito básico entre as redes neoliberais de produção do discurso neoliberal naturalizador das redes, e as redes de resistência, como as empreendidas em Seattle, contra a OMC”.

10- Embora seja apresentado como sociólogo, o espanhol Manuel Castells é graduado em Direito e Economia e Phd em Sociologia pela Universidade de Paris, com foco em estratégias industriais e planejamento urbano – área em que atua na Universidade da Califórnia, Berkeley, onde é professor desde 1979 (<http://sociology.berkeley.edu/faculty/castells/>).

É evidente que para combater o neoliberalismo foi necessário estar em rede, na internet, com as participações de inúmeras ongs. Mas nesse caso não se tratou de estar simplesmente na rede, mas estar na rede para combater o liberalismo da OMC. É isso que restitui o espaço da política na construção de redes naturalizadas. O que interessa aqui não é simplesmente estar em rede, mas estar na rede para combater o economicismo globalista, transformando a globalização num discurso político sobre o futuro da democracia. (Prado, 2000, p.6-7)

Para ser desnaturalizada, a rede precisa “ser encarada como uma construção cultural, discursiva, histórica, cujo processo de constituição pode ser reconstruído e questionado, indicando-se novas direções para pensar a globalização, como propõe U. Beck (citado por Prado, 2000, p.9).

Fontes citadas:

ABRAMOVAY, Ricardo. **A rede, os nós, as teias** – **Tecnologias Alternativas na Agricultura**. *Revista de Administração Pública* – n° 6, 2000:159-177, novembro-dezembro. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2000/A_rede_os_nos.pdf

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. In: *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 1. S. Paulo, Paz e Terra, 2003. 7ª ed. revista e atualizada.

PRADO, José Luiz Aidar. **A naturalização da rede em Castells**. XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, GT Teoria da Comunicação. Manaus, 2000. Disponível em: <http://rebea.org.br/rebea/arquivos/castells.pdf>

3. O “estado da arte” da pesquisa acadêmica sobre redes sociais no Brasil (1996-2006)

Embora as pesquisas sobre redes sociais tenham nascido da preocupação de sociólogos, antropólogos e psicólogos sociais com as relações do indivíduo em sociedade, em comunidades e grupos de afinidade – que continuam pertinentes –, essas abordagens não dão conta do papel estratégico que as redes vêm assumindo nas relações sociais contemporâneas.

A atuação em rede (*networking*) é, hoje, uma forma fundamental de expressão dos interesses individuais e coletivos que se expande na medida do aumento da complexidade da vida cotidiana nas diferentes sociedades. Isto fica mais evidente com a intensificação da globalização econômica nesta fase de expansão do capitalismo neoliberal. Não é à toa que as idéias de “glocal” e de “sociedade planetária” são temas emergentes nas pesquisas sobre comunicação e desenvolvimento. E que, paralelamente a tanta virtualidade, os pesquisadores das áreas de Geografia e Planejamento Urbano e Regional continuam interessados na territorialidade e nas relações socioespaciais, estudando as redes que se formam nas dinâmicas populacionais, como as de migrantes e as de atingidos por barragens das hidrelétricas, por exemplo.

Esta parte do relatório apresenta uma visão geral das principais áreas de conhecimento e disciplinas em que os estudos de redes sociais vêm se desenvolvendo no Brasil, o perfil dos pesquisadores interessados no tema, e os temas aos quais as teorias e técnicas de análise de redes são aplicadas. Faz, também, algumas inferências sobre as abordagens teórico-metodológicas dessas pesquisas a partir de uma amostragem aleatória de artigos extraídos da bibliografia acadêmica levantada.

Áreas de conhecimento e multidisciplinaridade

Os quase 80 doutores selecionados para formar a base cadastral desta pesquisa, após cuidadoso processo de depuração dos resultados da base Lattes¹¹, foram divididos em dois grupos: um de 30 pesquisadores que foram considerados “expoentes” no campo¹², por desenvolverem projetos explicitamente focados em redes sociais (aí incluídas as redes organizacionais, interorganizacionais e de cooperação); outro, de 48 estudiosos, que em sua maioria chegam às redes a partir de investigações sobre o impacto de tecnologias e meios digitais de informação e comunicação nas relações interpessoais e sociais, ou do interesse em processos participativos e colaborativos em organizações ou na esfera pública.

Nos dois grupos observa-se uma alta concentração de pesquisas formuladas nos últimos seis anos. Entre os expoentes, apenas três entraram no campo a partir de teses de doutorado defendidas antes do ano 2000¹³. Já no segundo grupo há quem tenha começado a estudar redes e TICs no mestrado (ou talvez antes, o que não foi possível verificar neste levantamento).

Como é de praxe na produção científica nacional, a grande maioria desses doutores trabalha em instituições públicas: no primeiro grupo são 19 (63%) de universidades federais e três de estaduais e regionais (USP, Unisinos e Univali), além de seis católicas, e outras; no segundo grupo a proporção das federais cai para 54% (26 instituições) porque há

11- Vale ressaltar que a restrição da busca a doutores deveu-se à possibilidade de, através deles, identificar doutorandos, mestres, mestrandos e alunos de graduação que também vêm trabalhando (ou já trabalharam) com “redes sociais”, sob a sua orientação. Como resultado, obteve-se, de uma lado, uma extensa bibliografia e, de outro, um amplo acervo sobre pesquisadores do campo, ainda a ser mapeado e analisado em oportunidade futura. Ou seja, este relatório trata apenas da “ponta do iceberg” dos especialistas em redes sociais no Brasil.

12- No sentido de Bourdieu

13- Sonia Aguiar Lopes, da UFF (1996); Jaqueline Moll, da UFRGS (1998) e Eduardo Cesar Leão Marques, da USP/ Cebrap (1998)

mais universidades regionais e estaduais – dez ao todo (20%). Quando o foco é redes sociais, as federais do Rio de Janeiro, Rio Grande Sul e Santa Catarina contribuem com o maior número de pesquisadores (11 = 30%). Mas quando o assunto é Internet e TICs, a federal da Bahia domina (5, contra 3 da UFF, 3 da UFPE e o resto pulverizado).

Os currículos dos pesquisadores de redes sociais e dos que refletem criticamente sobre as redes digitais, privilegiando os interesses coletivos, apresentam um traço em comum: a facilidade com que transitam de uma disciplina a outra, tanto na sua trajetória entre a graduação e o doutorado, quanto nas abordagens que adotam em seus estudos. Vários deles, inclusive, enquadram-se na categoria “multidisciplinar” das áreas de conhecimento do sistema Lattes.

Quase metade dos expoentes (14) tem pelo menos uma formação em área diferente da dos outros dois níveis (considerando graduação, mestrado e doutorado) e cinco têm formação diferente em cada um dos três níveis. Mais de 30% desses pesquisadores ensinam e pesquisam em departamentos e/ou programas de pós-graduação de área diferente daquela em que se graduaram. A maior fidelidade, nesse aspecto, é dos graduados em Administração, Ciências Sociais, Educação e Comunicação, justamente as que concentram a maior parte (73%) dos expoentes brasileiros em redes sociais¹⁴.

Mapa temático das pesquisas sobre redes nas ciências humanas e sociais

Em função dessa característica multidisciplinar, nota-se que algumas preocupações atravessam diferentes disciplinas – como as relações interpessoais nas práticas cotidianas; o papel das redes sociais identitárias nos processos de educação e saúde; o potencial de intervenção das redes de movimentos sociais em políticas públicas; as articulações sociogeográficas (do local ao global); o impacto das tecnologias de informação e comunicação nas relações humanas e na produção, organização e uso do conhecimento; e as novas questões geradas pela virtualidade e pela “cultura digital”.

Porém, determinados objetos empíricos despertam mais interesse dos pesquisadores de certas disciplinas do que de outras. Por exemplo: a questão da sociabilidade continua a interessar muito ao pessoal da Antropologia, da Sociologia e da Psicologia. As relações das redes de ONGs e movimentos sociais com o Estado – sobretudo no que diz respeito a políticas públicas e governança – atrai mais pesquisadores da Ciência Política e da Economia. Na Administração, predominam os estudos sobre redes organizacionais e interorganizacionais, redes de cooperação entre pequenas e médias empresas, e as de parceria entre “arranjos produtivos” locais e regionais. Já na Comunicação e na Ciência da Informação predominam estudos sobre o uso da Internet nas relações interpessoais e na produção de conhecimento, com destaque para as novas formas de ativismo em rede e o papel das comunidades virtuais.

14- A configuração desses dados poderia ser diferente se o levantamento tivesse incluído doutorandos, mestres, mestrandos e graduados, pois sabe-se que na UERJ, na UFF e na UFMG, por exemplo, há um crescente interesse pelos estudos de redes sociais nos cursos de graduação e pós-graduação da Geografia e da Educação.

Para este mapeamento temático foram considerados todos os trabalhos acadêmicos listados nos currículos dos pesquisadores selecionados, inclusive os desenvolvidos pelos seus orientandos de iniciação científica, monografia de conclusão de curso, dissertação de mestrado e tese de doutorado (mesmo procedimento utilizado para o levantamento bibliográfico). Deles foram extraídos e listados fragmentos de títulos e enunciados dos projetos de pesquisa contendo pelo menos um dos seguintes termos: redes, redes sociais, redes digitais, redes virtuais, Internet e “ciber”¹⁵. Em seguida, buscou-se associações de sentido entre esses fragmentos, visando identificar focos temáticos recorrentes em cada um dos três grupos de áreas de conhecimento eleitos para esta pesquisa. Ao final dessa empreitada, foi possível perceber diferenças significativas de abordagens entre elas, conforme sintetizado a seguir.

a) Ciências Humanas – multidisciplinar

O foco predominante nessa área é nas relações interpessoais cotidianas baseadas em subjetividades e processos de construção de identidades; nas relações familiares, comunitárias e associativas por afinidades (inclusive as de ajuda mútua); e aquelas que visam dar apoio a pessoas que vivem em condições precárias ou em situação de risco (sobretudo crianças, jovens e idosos). Chama a atenção que alguns desses estudos são focados especificamente nas “redes de convivência” e de suporte na área de saúde, em especial a saúde mental e a vigilância epidemiológica.

As articulações socioespaciais e geopolíticas – fundamentais para o conhecimento das redes sociais em tempos de conexões entre o local e o global – têm

recebido atenção não só da Geografia mas também de pesquisadores de outras áreas que têm alguma formação ou interesse no Planejamento Urbano e Regional e nas questões ligadas ao desenvolvimento sustentável. Nesses estudos destaca-se a importância das redes interpessoais para os fluxos populacionais de migrantes e deslocados por conflitos armados ou vulnerabilidade ambiental. Já as redes sociotécnicas de ambientalistas aparecem mais associadas à educação ambiental e ao ecoturismo do que aos conflitos socioambientais.

As relações sociais organizadas para intervir na realidade são foco prioritário dos pesquisadores das Ciências Sociais, com ênfase a ações coletivas não institucionalizadas voltadas para a defesa da cidadania, às “redes de movimentos sociais”, e às redes de organizações do terceiro setor. Já os da Ciência Política observam as relações com o Estado em “redes de atores”, “redes de poder”, “redes de clientela”, que buscam intermediar interesses sobre as políticas públicas e os mecanismos de governança. Em menor grau, alguns sociólogos, antropólogos e cientistas políticos também se interessam pelas redes organizacionais e interorganizacionais que se formam no âmbito das relações econômicas, inclusive as do mundo do trabalho. Quando olham para as relações de informação, comunicação e conhecimento, os pesquisadores das Ciências Humanas dão mais atenção às “redes sociotécnicas” do que os da Ciência da Informação, como seria de esperar. Da mesma forma, as relações socioculturais e socioeducativas em rede não têm despertado o interesse de antropólogos e educadores que se poderia imaginar.

b) Ciências Sociais Aplicadas – Administração e Economia

O já mencionado peso dos pesquisadores da Administração nas pesquisas sobre redes tem um foco principal: as relações intra e interorganizacionais – observadas mais sob o prisma da teoria das organizações do que pelas teorias das redes sociais – nas quais se destacam as interações informais nesse contexto; as “redes de cooperação” empresariais; as redes de organizações do terceiro setor; e a formação de aglomerados (*clusters*) de empresas – sobretudo as pequenas e médias – em arranjos produtivos locais (APLs).

O segundo foco priorizado nas pesquisas sobre redes dessa área são as relações de informação e comunicação, influenciadas, de um lado, pelo peso da análise de sistemas na formação dos administradores, que as observam pelo prisma das “redes eletrônicas”; e de outro, pela visão crítica de uma certa corrente da Economia Política, que tem chamado a atenção para a recente configuração da “economia de redes”, na esteira da economia da informação, da comunicação e da cultura.

Entre essas duas abordagens transitam os estudos sobre a geração, domínio e gestão do conhecimento no contexto das redes interorganizacionais (com ênfase à vantagem competitiva); sobre os processos de aprendizagem coletiva em redes de cooperação e de colaboração; as redes de informação associadas a inovação tecnológica e produtiva; e a abordagem das TICs sob o paradigma conceitual da “sociedade em rede” de Castells.

Um outro grupo relevante de pesquisas concentra-se nas articulações interpessoais com fins coletivos, referidas como “redes de pessoas”, “rede de atores” e de movimentos sociais, que se diferenciam daquelas observadas nas Ciências Humanas por estarem associadas

a valores e papéis como confiança, comprometimento, compartilhamento de significados, reciprocidade, cooperação, liderança e protagonismo.

São típicos dessa área também os estudos sobre processos de desenvolvimento local e regional apoiados em redes (de parceiros, de empresas, de organizações, de cidades); e sobre as redes sociais voltadas para a democracia eletrônica, a governança do setor público, a filantropia empresarial e a responsabilidade social. No entanto, ainda parecem pouco significativos os trabalhos sobre “governança em rede” e “gestão de redes” (um dos quais faz uma estranha referência a “conselhos diretores de redes sociais”).

c) Ciências Sociais Aplicadas – Comunicação e Ciência da Informação

A Internet, o ciberespaço e a cibercultura são os grandes focos de interesse dos doutores que atuam nas áreas de Comunicação e Ciência da Informação, sobretudo nos últimos seis anos. Neste contexto, as “redes sociais” tornam-se indissociáveis das “redes digitais” ou “redes virtuais”, e nomeiam as novas relações interpessoais estabelecidas em ambientes de comunidades virtuais como o Orkut, os weblogs e os fotologs. As pesquisas discutem os atuais padrões de interações, sociabilidades, colaborações, vínculos e compromissos estabelecidos no “ciberespaço”, e os desafios e possibilidades de constituição de uma “cibercidadania”. A rede de redes também aparece nas pesquisas como instrumento de governança, embora o acesso à informação governamental ainda esteja sob investigação, bem como as possibilidades de liberdade e cooperação vis a vis as tendências de regulação e controle dos seus conteúdos e meios de acesso.

Como desdobramento dessas abordagens, proliferaram estudos sobre o papel da informação, da

15- Na área de Comunicação, porém, foram desconsiderados os termos associados especificamente a práticas de mídia (como rede de TV, ciberjornalismo e rádio em rede).

comunicação e das TICs nas redes de movimentos sociais contemporâneas, com a emergência de novas modalidades de ativismo político com extensão global, identificadas por diferentes termos: cibermilitância, webativismo, ativismo em rede e, em sua forma mais radical, ciberterrorismo.

Outros temas que interessam particularmente aos cientistas da informação são as “redes de conhecimento”, as “redes cognitivas” e as “comunidades de práticas”, no contexto das quais se discute os processos de produção, organização, apropriação, gestão e uso do conhecimento.

Dentro do enfoque das relações socioespaciais, aparecem estudos isolados – e diferenciados das demais áreas – sobre geografia das redes, geografia do ciberespaço, “redes glocais”, “territórios virtuais”, “nação virtual”, “comunidades no digital virtual” e redes de imigrantes na Internet.

Como nas demais áreas, há pouca atenção às relações socioculturais e socioeducativas – que interessam às organizações da sociedade civil comprometidas com a emancipação e o “empoderamento” das populações menos favorecidas da sociedade brasileira. E, antagonicamente ao cenário de ampla exclusão social e digital, esses poucos estudos pressupõem a mediação de TICs: educação a distância, “cibereducação”, “leitura e escrita na Internet”; “cultura das redes”, “cultura em fluxo”, “identidades digitais nas cibersociedades”.

Referenciais teóricos e tendências metodológicas

Apesar do evidente crescimento do interesse pelos estudos de redes sociais no Brasil, e do aumento exponencial da produção acadêmica sobre o tema nos

últimos dez anos, ainda são poucos os pesquisadores que realizam estudos empíricos com base nas teorias e técnicas de análise de redes sociais, como indicam a bibliografia e os projetos de pesquisa contidos nos currículos Lattes. Esse tipo de estudo ajudaria a conhecer melhor a variedade de práticas sociais em rede espalhadas pelo país e, como desdobramento, serviriam de apoio ao fomento de outras redes de movimentos e organizações sociais em áreas vitais.

Coerentes com as origens do campo na Antropologia, na Sociologia e na Psicologia Social, as pesquisas nas Ciências Humanas foram as que demonstraram maior densidade nas reflexões e familiaridade com teorias e técnicas de análise de redes, situação diametralmente oposta à da Comunicação e à da Ciência da Informação, onde as abordagens das redes caminham por outros referenciais mais técnicos e/ou filosóficos. Contudo, há nestas alguma referência a “mapeamento de redes sociais”, base da análise da estrutura das interconexões, o que não foi observado na produção e propostas de pesquisa dos doutores da Administração e da Economia.

Em todas as disciplinas, porém, a ênfase das abordagens tem sido mais estrutural do que relacional – fundamental para a compreensão dos fatores que afetam a dinâmica da rede. No entanto, há várias referências aos processos de criação, construção, formação, reconstituição e prática de redes sociais; a “compartilhamento de significados”, “relacionamentos horizontais” e “gestão descentralizada”; a “múltiplas articulações” de interdependência, instersetorialidade e transetorialidade – todas relações dinâmicas, que não podem ser observadas e analisadas apenas pela cartografia dos nós.

Do ponto de vista das contribuições teórico-metodológicas para essas pesquisas, discute-se o papel da etnografia, a teoria do ator-rede (Bruno Latour,

John Law e outros), a teoria do capital social e outras contribuições da Antropologia, da Sociologia Econômica e da “micro-história”. Mas deixam de fora algumas reflexões importantes sobre o pensamento relacional, a perspectiva da complexidade, o referencial de escalas (das redes comunitárias às globais), as teorias da proximidade e do contágio (fundamentais para análise das redes sociais virtuais) e a teoria da redução de incertezas e contingência, entre outras.

Em contrapartida, o crescente interesse pelo ambiente tecnológico em que novos padrões de interações vêm sendo observados tem gerado uma intensa produção bibliográfica, que foi tratada como um “subproduto” deste mapeamento, dividido em duas vertentes: uma de trabalhos relacionados ao uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) em relações sociais e ações coletivas; outro de abordagens críticas da Economia Política sobre as redes digitais e suas interseções com a informação, a comunicação, o conhecimento e a cultura. Em comum, essas produções acadêmicas têm o fato de serem bastante recentes: a grande maioria foi finalizada entre os anos 2000 e 2005.

No primeiro grupo concentram-se as reflexões sobre as restrições de acesso à Internet, sobretudo por parte das populações periféricas e comunidades pobres (infoexclusão), e as alternativas para superá-las (inclusão digital); as formas democráticas de gestão da infraestrutura e conteúdos das redes digitais (governança); a organização e disponibilidade das informações de interesse público (e-governo, democracia eletrônica); as emergentes formas de ativismo político e resistência cultural via redes digitais; as articulações de identidades e conversações em comunidades virtuais; e as grandes questões sociológicas, antropológicas, filosóficas e políticas geradas pelo chamado ciberespaço.

No segundo grupo alinham-se temas complexos, pensados a partir de perspectivas críticas da Economia Política, tais como:

- o “encantamento tecnológico” do pensamento de Castells sobre a “sociedade em rede” e a “nova economia”, bem como das teorias de “gestão do conhecimento”, que dominam as abordagens economicistas e gerenciais das redes digitais;
- as regulações político-jurídicas, macroeconômicas e sociais envolvendo as comunicações digitais e eletrônicas;
- os novos paradigmas de trabalho colaborativo e de conhecimento compartilhado, implícitos nos modelos de software livre e copyleft como crítica e resistência aos mecanismos de controle das redes e da propriedade intelectual;
- a proposição de alternativas societárias ao capitalismo globalizado, entre as quais as redes de colaboração produtiva e de economia solidária;
- e a resignificação do espaço público e do mundo do trabalho sob o impacto da virtualidade, entre outras.

4. Da teoria às práticas

Em 1996, marco inicial desta pesquisa, o acesso comercial à Internet tinha apenas dois anos de vida, mas algumas centenas de profissionais e ativistas de ONGs e movimentos sociais já usavam a comunicação eletrônica para articular ações, através da Rede Alternex¹⁶. No entanto, pouquíssimos pesquisadores notaram a importância disso, e os que o fizeram não sabiam o que os demais estavam estudando, porque não havia as facilidades de comunicação e intercâmbio existentes hoje.

De lá pra cá, essas redes não só se multiplicaram pelo país, como ampliaram o leque temático no qual atuam e a escala de esferas nas quais buscam intervir – dos conselhos municipais aos fóruns internacionais. Essa amplitude tem exigido a profissionalização crescente das articulações, por conta das interlocuções altamente especializadas que enfrentam, e o uso intensivo de tecnologias digitais de informação e comunicação, incluindo ferramentas de trabalho colaborativo. No entanto, ainda são poucos os que enxergam em toda essa movimentação interessantes objetos de estudo.

As teias invisíveis para a pesquisa

Mesmo considerando as suas limitações de escopo – por se restringir aos doutores com currículos atualizados na Plataforma Lattes – o “estado da arte” das pesquisas sobre redes sociais no Brasil apresentado neste relatório contém sérios indicadores da distância entre esses estudos e as conexões articuladas por movimentos e organizações da sociedade brasileira, em escalas local, regional, nacional e internacional.

Como não existe um “repositório de atividades” dessas articulações equivalente ao Lattes, tomaremos por base uma listagem assumidamente imperfeita e incompleta de redes de ONGs e movimentos sociais montada a partir dos dados disponíveis nos sites da Rits (www.rits.org.br) e da Abong – Associação Brasileira de ONGs (www.abong.org.br), complementada pelos resultados parciais de uma busca no Google com a combinação ONGs + redes.

Ao todo foram identificadas 76 articulações, autodenominadas de diferentes maneiras – 42 redes, 20 coalizões e 14 fóruns –, todas com ponto de presença na Internet, de diferentes portes, objetivos estratégicos, táticas de agenciamento e capacidade de produzir e disseminar conteúdos relevantes. Mas esses números ganham proporções surpreendentes com o potencial multiplicador de algumas delas. Só a título de exemplo:

- a ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro (www.asabrasil.org.br), que atua “em prol do desenvolvimento social, econômico, político e cultural” daquela região, congrega atualmente cerca de 750 entidades dos mais diversos segmentos, como ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais, movimentos sociais e organismos de cooperação internacional públicos e privados, além de igrejas católica e evangélica.

- o GTA – Grupo de Trabalho Amazônico (www.gta.org.br) está estruturado em nove estados da Amazônia Legal e dividido em 18 coletivos regionais, que reúnem ao todo 602 entidades filiadas, entre ONGs e movimentos sociais

16- Criada pelo Ibase em 1989, como um serviço de informação por computadores, a distância, tornou-se nó da rede mundial APC – Association for Progressive Communications (www.apc.org) no ano seguinte.

que representam seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, ribeirinhos, comunidades indígenas, agricultores familiares, quilombolas, mulheres, jovens, rádios comunitárias, organizações de assessoria técnica, de direitos humanos e de meio ambiente.

• mais modestas são a Rede Cerrado (www.redecerrado.org.br), que articula mais de 300 entidades identificadas com a causa socioambiental naquele ecossistema, as quais representam trabalhadores/as rurais, extrativistas, indígenas, quilombolas, geraizeiros, quebradeiras de coco, pescadores, ONGs, entre outros; e a Rede Ecovida de Agroecologia (www.ecovida.org.br), que surgiu no Paraná e hoje está espalhada por toda a região Sul, com 21 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios e mobilizando cerca de 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores, que participam de mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização¹⁷.

Redes de ambientalistas: um modelo

“Um nome depois da Rio-92”. Esta afirmação no título de um artigo publicado pela revista *Tempo e Presença* (do Cedi), logo após o megaevento no Rio de Janeiro, exprime sucintamente a fase de grande visibilidade que as ONGs brasileiras começam a atravessar. O espaço que ocuparam

na mídia em função da Conferência trouxe à tona a complexidade das questões em que essas entidades estavam envolvidas. Afinal, aquele não era meramente um encontro internacional de ecologistas, como ficou evidente no Fórum Global montado a cerca de 30 km de distância do plenário oficial. E essa distância não era só física: além das diferenças de enfoques sobre os problemas de desenvolvimento, as ONGs exibiram toda a sua habilidade em lidar com informação e comunicação para difundir suas idéias e suas práticas. O farto material informativo e promocional – entre folhetos, *newsletters* e tablóides diários – distribuído durante o Fórum revelava como as ONGs agilizavam as suas ações articulando-se em redes de intercâmbio de experiências, conhecimento instrumental e conjugação de esforços.

“Nada será como antes”, dizia outro título da mesma revista do Cedi. E não foi. (Lopes, Sonia Aguiar, ob. cit., 1996. p.163)

As ONGs ambientalistas foram pioneiras na utilização da rede eletrônica para articulação das suas redes sociais, via troca de mensagens e conferências temáticas¹⁸, e prosseguiram à frente na apropriação da interface Web para ampliar seus tentáculos. Um indicador da eficácia dessa estratégia comunicativa é que na busca do Google com a combinação ONGs + redes, três das cinco primeiras páginas recuperadas são de entidades ambientalistas.

• Rede de ONGs da Mata Atlântica

www.rma.org.br/ ou www.redemataatlantica.org.br/

• Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas)

www.renctas.org.br/

• Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits)

www.rits.org.br/

• Coalizão Rios Vivos - Portal de informações Ambientais

www.riosvivos.org.br/

• ABONG - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais

www.abong.org.br/novosite/redforuns.asp

Um dos principais atores desse processo de expansão e consolidação da redes ambientalistas brasileiras foi o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), criado em 1990 para facilitar a participação da sociedade civil no processo da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), a Rio-92.

Neste processo, por sua estrutura e forma democrática e participativa de trabalhar, produzir documentos e posições, o Fórum se consolidou, se firmando como ator nacional e internacional, assumindo um papel de interlocução com outros atores importantes. Em todos os eventos relacionados à UNCED, o Fórum esteve presente. Após a Rio-92, os membros do Fórum decidiram por sua continuidade na perspectiva de consolidação do espaço de articulação existente. (extraído do site www.fboms.org.br)

Atualmente o fórum conta com 11 grupos de trabalho (GTs) nas seguintes temáticas: Agenda 21, Água, Comércio e Meio Ambiente, Energia, Florestas,

Mudanças Climáticas, Sociobiodiversidade, Turismo Sustentável, Direito Ambiental, Juventude e Educação Ambiental, e Químicos (este último resultado de uma articulação com a rede Brasileira de Justiça Ambiental em 2005). Essa variedade de temas mostra a diversidade de conhecimento com que os ambientalistas têm que lidar para as suas articulações e intervenções.

O ambientalismo brasileiro tem influenciado cada vez mais a formulação e implementação de políticas públicas e a promoção de estratégias para um desenvolvimento sustentável. Ele se expande para outras áreas, estimulando o engajamento de grupos socioambientais e científicos e movimentos sociais e empresariais, nos quais o discurso do desenvolvimento sustentado é preponderante. Ao constituir fóruns e redes, assumiu um caráter multissetorial, estimulando parcerias que potencializam ações de articulação do poder público local com associações de moradores para pensar o desenvolvimento socioeconômico. Nessas articulações as ONGs ocupam o centro do processo de pressão e gestão, incrementando as parcerias entre entidades nacionais e internacionais. (Pedro Jacobi, 2000)¹⁹

Mesmo redes menores e de âmbito mais delimitado, como a Aguapé - Rede Pantanal de Educação Ambiental (www.redeaguape.org.br), baseiam suas ações em “conhecimento técnico-científico”, “tendo como princípio a qualidade da informação e sua democratização por meio de vários instrumentos de comunicação”. A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (www.justicaambiental.org.br) apresenta seu trabalho como um “esforço analítico” e estratégico para “subsidiar uma agenda nacional para a pesquisa e para a ação,

¹⁷- Dados extraídos dos respectivos sites.

¹⁸- Em 1995, a Rede Alternex veiculava três conferências sobre meio-ambiente em português (contra 59 em inglês e espanhol); a principal e mais antiga delas era a ax.ambiente, que chegou a ser alimentada por usuários de 80 instituições (54 nacionais); na época, os ambientalistas eram o maior grupo de filiados à Rede (22%) – cf. Lopes, Sonia Aguiar, 1996. p.218.

¹⁹- *Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas*, Revista de Administração Pública, n.6/2000, Ebap-FGV, Rio de Janeiro.

através da mobilização e organização de cidadãos, articulação entre atores sociais e comunidade científica, com vistas à elaboração de propostas políticas e demandas endereçadas ao poder público”.

Hoje, esse modelo de produção e disseminação de conhecimento especializado para intervenção na esfera pública não é mais privilégio dos ambientalistas. As associações e grupos de defesa da mulher foram os primeiros a seguir esses passos, no processo de preparação para a Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher, realizada em Beijing/Pequim²⁰. À frente estavam o SOS Corpo – Grupo de Saúde da Mulher (agora Instituto Feminista para a Democracia - www.soscorpo.org.br) de Recife, e a Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano (www.redeh.org.br/), do Rio de Janeiro.

A Redeh foi fundada como ONG em 1990, com a “missão de fortalecer conceitos e práticas que estimulem a equidade de gênero, raça e etnia em políticas públicas desenvolvidas nas áreas de saúde, educação, cultura e meio ambiente”. Agora atua nos níveis municipal, estadual e federal “através de ações de capacitação, pesquisa, produção de materiais didáticos e articulação em rede”.

No ano seguinte nasceu a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (www.redesaude.org.br), uma articulação política que hoje reúne mais de 250 entidades e ativistas, entre grupos de mulheres, organizações não-governamentais, núcleos de pesquisa, organizações sindicais/ profissionais e conselhos de direitos da mulher, além de profissionais de saúde e feministas. Como buscam “influenciar na formulação, implementação e monitoramento de

políticas públicas no país”, e “difundir questões relativas à saúde das mulheres e aos direitos sexuais e direitos reprodutivos, em uma perspectiva feminista”, as ativistas da rede precisam embasar suas argumentações em conhecimento solidamente construído.

Mas é no cenário das relações internacionais que as redes de ONGs e movimentos sociais têm que exibir maior competência técnica e articuladora. Que o digam os integrantes da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (www.rbrasil.org.br), que promove campanhas e ações de intervenção nas decisões internacionais que afetam os países em desenvolvimento e as populações pobres. Seu trabalho é tipicamente de contra-informação, pois analisam os documentos do Banco Mundial e do FMI, entre outros, e fornecem uma contra-argumentação do ponto de vista dos que podem ser afetados pelas orientações e decisões desses organismos multilaterais que influenciam governos de todo o mundo.

Outro exemplo é a Rebrip – Rede Brasileira pela Integração dos Povos (www.rebrip.org.br), que atua como um pólo de articulação e divulgação de iniciativas sociais frente aos tratados de desregulamentação financeira e comercial, nos quais incluem-se a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e outros acordos comerciais bilaterais e entre regiões, como o firmado entre o Mercosul e a União Européia (UE). A Rede articula ONGs, movimentos sociais, entidades sindicais e associações profissionais autônomas e pluralistas que “buscam alternativas de integração hemisférica opostas à lógica da liberalização comercial e financeira predominante nos acordos econômicos atualmente em curso”.

Já o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (www.fbsan.org.br) atua como uma rede entrelaçada a outras redes mundiais relacionadas ao tema, como a Rede de Segurança Alimentar e Cidadania dos Povos de Língua Portuguesa; o Fórum Global de Segurança Alimentar e Nutricional; a Rede Internacional para o Direito Humano à Alimentação – FIAN; a Rede Interamericana de Agricultura e Democracia – RIAD; e a Aliança Mundial para Nutrição e Direitos Humanos – WANHR), que articulam a sociedade civil e promovem, em alguns casos, ações conjuntas com governos e organizações intergovernamentais.

O Fórum de Articulação para o Comércio Ético e Solidário do Brasil – “ou, simplesmente, FACES do Brasil” (<http://facesdobrasil.org.br>) – possui uma configuração ainda mais híbrida e transdisciplinar. Além de ONGs, é constituído por produtores, empresas, representantes governamentais, representações de trabalhadores e prestadores de serviços. Como lida com conceitos emergentes e controversos – refere-se a comércio ético e solidário no contexto nacional e a comércio justo no internacional – precisa contar com o apoio de profissionais de diferentes áreas relacionadas a essas questões, de forma a construir argumentações consistentes para os seus embates em diferentes arenas. Assim, entre as pessoas que recentemente “desenvolveram um trabalho regular, sistemático e periódico” para o Fórum encontram-se diferentes formações, de graduados a doutorandos, das áreas de Economia, Sociologia, Ciência Política, Engenharia Florestal, Engenharia Agrônoma, Estratégias de Marketing, Administração em Comércio Exterior, Direito Ambiental, entre outras.

O papel dos contra-especialistas

Como parece evidente pelos exemplos acima, a produção e disseminação de conhecimento especializado tornou-se estratégico para as redes de ONGs e movimentos que, como as ambientalistas, visam intervir nas arenas e agendas políticas das esferas públicas – da local à global. Para isso, precisam contar em seus quadros – ou entre os seus colaboradores – com profissionais capacitados tanto na academia quanto na aprendizagem coletiva das lutas sociais. Muitos deles formam redes sociotécnicas em suas respectivas especialidades e, por sua atuação nas redes sociais, podem ser enquadrados como “contra-especialistas”, mas de perfil diferenciado daqueles observados pela socióloga americana Dorothy Nelkin e, mais recentemente, por autores europeus.

Nelkin utilizou as expressões *counter-expertise* e *expert accountability* para designar os cientistas e técnicos que assumiram responsabilidades de competência com os movimentos comunitários e grupos de cidadãos dos Estados Unidos, isto é, passaram a colocar seus conhecimentos em favor das demandas sociais. Desde meados da década de 1970 ela vinha observando a tendência crescente de envolvimento desses especialistas em questões de controvérsias políticas envolvendo a aplicação de determinadas tecnologias ou procedimentos científicos. Observou também que, nessa arena, os cientistas desempenham um papel ambivalente: são ao mesmo tempo indispensáveis e suspeitos, porque seu conhecimento técnico é visto como uma fonte de poder.

Essa pressão pelo acesso a conhecimentos especializados e competências técnicas nos EUA começou nos anos 1960, paralelamente à emergência de novos tipos de ações coletivas e à discussão sobre a ética na ciência.

20- A conferência eletrônica ax.mulher foi aberta na Rede Alternex em fevereiro de 1991, mais de quatro anos antes da Conferência da ONU, com o objetivo de ser “um espaço coletivo de troca de informações entre grupos de mulheres, feministas, ONGs, instituições e pesquisadoras(es)” do Brasil e de outros países da América Latina.

21- NELKIN, Dorothy. *Science and technology policy and the democratic process*. In: TEICH, Albert H. (ed.). *Technology and Man's Future*. New York, St. Martin's Press, 1981. 3ª ed. p. 270-293.

Palavras de ordem como “política de proteção” (*advocacy policy*), “responsabilidade”, “participação” e “desmistificação” entraram em cena. Eventualmente, grupos de cientistas aliavam-se a grupos de cidadãos para embargar projetos de grande impacto ambiental, como a construção de usinas nucleares ou de aeroportos para tráfego intenso em áreas muito povoadas²². Nesses casos, o que normalmente acontecia era um confronto de conhecimentos construídos sob referências de mundo diferentes e cuja legitimação depende de escolhas políticas e/ou econômicas, e não técnicas ou científicas. Um confronto entre os especialistas do *establishment* e os “contra-especialistas”.

Mas há quem hoje veja esses profissionais como uma “nova elite intelectual”, cujo grande “mercado” de atuação são as arenas internacionais.

O mercado da avaliação internacional é elitista e protegido. Para acessá-lo, é necessário dispor de competências culturais e linguísticas. Antes de serem reforçadas e legitimadas por cursos escolares internacionais muito dispendiosos, as tendências ao internacional são privilégio dos herdeiros de linhagens familiares cosmopolitas. Incluindo no meio certas críticas da globalização, que se inscrevem em redes internacionais muitas vezes marcadas pela influência norte-americana. Porque as grandes organizações não-governamentais (ONGs) multinacionais recrutam jovens profissionais entre os melhores diplomados dos campi do Ivy League²³, nos Estados Unidos. Ora, o acesso a essas escolas de elite – cujo custo pode exceder 40 mil dólares por ano (98.480

reais) – é reservado essencialmente aos herdeiros de um establishment liberal, que – “noblesse oblige” – sempre cultivou certa forma de idealismo e universalismo. (Yves Dezalay e Bryant Garth)²⁴

No Brasil, onde apenas um pequeno percentual da população chega às universidades, e onde a grande maioria dos centros de excelência está nas instituições públicas, o cenário é outro. As discussões sobre uma “ciência de interesse público” – crescente na Europa – são restritas a certos círculos de sociólogos do conhecimento e cientistas da informação, e a academia ainda vê com desconfiança a proximidade de pesquisadores com as práticas sociais que investigam. Dos 78 doutores selecionados para este trabalho, apenas oito (10%) revelam ter vivência profissional no mesmo campo que estudam*. Em um mundo de tantas redes, faltam articulações entre esses dois “mundos”.

Redes sociais nas redes digitais

Se faltam articulações de um lado, sobram reapropriações discursivas de outro. Um resultado surpreendente da busca feita no Google pela expressão “redes sociais” foi a sua associação aos ambientes virtuais de relacionamentos interpessoais, que vêm se transformando em um grande negócio corporativo. Fala-se, agora, em “mercado das redes sociais”, disputado por conglomerados transnacionais de comunicações, como News Corp. (MySpace), AOL (AIM Pages) e Microsoft (Wallop), todos na esteira do sucesso do Orkut, da Google Corp., e Multiply (criado em março de 2004, dois meses depois do Orkut, por empresa homônima da Flórida, EUA). Grupos nacionais como o Estadão e o Terra também en-

taram na disputa, com o Link (www.link.estadao.com.br) e o Gaia (<http://gaia.terra.com.br/>), respectivamente. Na mesma lógica, têm sido desenvolvidos programas de computador que procuram estimular o seu uso através do que chamam de “rede de contatos” (os nomes e endereços de e-mails registrados em cada ambiente de correio eletrônico ou de mensagens instantâneas, como ICQ, Messenger, GMail, etc). Sem contar “serviços de networking” como o Terceira Terça (www.terceiraterca.com.br), que funcionou entre 2001 e 2003, em Porto Alegre, e “evoluiu” para o Papo de Primeira, um encontro presencial para intercâmbio entre profissionais de diversas áreas articulado via Internet. Iniciativas como essa fazem parte do tipo de valor atribuído ao “marketing pessoal” para o desenvolvimento profissional.

Desde o início da implantação da Internet comercial no Brasil as relações interpessoais intermediadas por computador tendem a despertar mais interesse dos estudiosos das Ciências Sociais, da Psicologia e da Comunicação do que a sua utilização para ações coletivas. Uma das pioneiras nessa abordagem foi a psicóloga Ana Maria Nicolaci da Costa, da PUC-Rio, que em 1996 iniciou pesquisas sobre os impactos subjetivos das tecnologias da informação e telecomunicação, que acabaram resultando na criação do Núcleo de Estudos sobre Tecnologia e Subjetividade (NETS) e na publicação do livro *Na malha da rede: os impactos íntimos da Internet* (editora Campus, 1998).

No ano seguinte a economista da Universidade Federal de Santa Catarina Tamara Benakouche publicou artigo questionando o uso da noção de impacto tecnológico, sob o argumento de que “tecnologia é sociedade”. Mas a noção entrou para o “senso comum” da maioria dos

estudos que pretendem discutir os modos como as TICs vêm sendo incorporadas a diferentes práticas sociais.

Uma rápida análise da bibliografia recente compilada por esta pesquisa²⁵ permite identificar alguns focos temáticos predominantes:

Acesso aos meios de informação como direito: democratização da comunicação; democratização da informação; democratização do conhecimento; direito à informação na Internet;

Acesso aos meios de informação como medida compensatória: inclusão digital; infoinclusão; inclusão informacional; exclusão digital; exclusão no mundo globalizado; digital divide; telecentro; redes comunitárias; periferia na cibercultura; competência informacional;

Relação sociedade-Estado: governo eletrônico; e-Gov; e-government; portais governamentais; burocracia virtual; governança eletrônica; governança interativa; gestão participativa em rede; cidades digitais; cidades virtuais; ciberidade; redes de cidades;

Expressão da cidadania e dos direitos individuais: democracia eletrônica; ciberespaço e democracia; democracia na cibercultura; comunicação no ciberespaço; cidadania na Internet; cibercidadania; conversação civil na Internet; ciberespaço e espaço público; privacidade na Internet;

Expressão e defesa de idéias políticas: ativismo político na Internet; webativismo; ciberativismo; ativismo na hipermídia; ativismo digital; ativismo em rede; movimentos em rede; participação política no

22- NELKIN, Dorothy. *The political impact of technical expertise*. Social Studies of Science, n° 5, 1975, p. 35-54.

23- O Ivy League agrupa as oito universidades de elite americanas. Ler Rick Fantasia, “Receita americana para reprodução da elite”, Le Monde Diplomatique, novembro de 2004.

24- *Globalização - A ação conveniente das ONGs*. Le Monde Diplomatique, Edição brasileira, ano 6, n.65, junho/2005 (Trad.: Marcelo de Valécio, disponível em: <http://www.ufac.br/forum/ipb/index.php?showtopic=109&mode=threaded>)

25- *Tendências das TDICs nas relações sociais e ações coletivas (2000-2005)*, disponível em http://www.nudef.org.br/downloads/biblio_tendenciasTics_2000_2006.pdf

ciberespaço; resistências digitais; ciberterrorismo;

Expressão de subjetividades e sociabilidade:

comunidades virtuais; encontros virtuais; interações telemáticas; comunicação no ciberespaço; sociabilidade no ciberespaço; conectividade e auto-organização; redes de relações no ambiente virtual; redes de conversação; redes sociais na Internet; relações horizontais na Internet; espaços sociais colaborativos na Internet; boatos na Web; sites de relacionamento, chats, weblogs, webrings, Orkut.

* Apêndices:

1. Pesquisadores de redes sociais com vivência no campo das ONGs e movimentos sociais

Adilson Vaz Cabral Filho (Comunicação/ Publicidade): Integrou a equipe da AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (1996-97), onde foi editor da revista 'Atualização em Agroecologia', e responsável pelo projeto editorial e gráfico da revista 'Agroecologia e Desenvolvimento', e pela reestruturação do setor de comunicação.

Cristiana Tramonte (Ciências Sociais e Educação): Assessora pedagógica e de comunicação do Centro Vianei de Educação Popular, 1988-92; Avaliadora de projetos do CERIS - Centro de Estudos Religiosos e Investigações Sociais, 1988

Desiree Cipriano Rabelo (Comunicação): presidente da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), 2002-2005

Márcio Vieira de Souza (Comunicação/ Educação a Distância): coordenador de programação do Canal

Comunitário TV Floripa, 1998; presidente da Associação Diálogo Cultura e Comunicação, 1993-98; assessor/educador do Centro Vianei de Educação Popular, 1986-92; produtor de vídeo do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), 1985

Nilton Bueno Fischer (Educação): Consultor Ad Hoc da Fundação Ford (Programa Internacional de Bolsas de Pós Graduação), da Fundação Carlos Chagas (Projetos de pesquisa nas áreas: Educação e Movimentos Sociais), da Abrinq e do Ibase; ex-diretor-secretário da Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação, 1995-2004

Paulo Cesar R. Carrano (Educação): Membro de Conselho Consultivo da Ação Educativa, desde 2004; participante da pesquisa Juventude Brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas (coordenada nacionalmente pelo Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Contou com apoio técnico e financeiro do CPRN - Canadian Policy Research Network/Canadá e IDRC - International Development Research Centre/Canadá), 2004-2005

Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque (Sociologia): colaborador da Libertas Comunidade, uma ONG vinculada ao Lowen Institut de New York que vem trabalhando na capacitação de quadros para atuarem com saúde e gestão de equipe; apóia a instituição desde 2001 através de cursos (sociologia reflexiva e dádiva, e redes sociais) e de apoio à gestão.

Sonia Aguiar Lopes (Comunicação/ Jornalismo): pesquisadora associada do Nupef-Rits (2006); consultora da Actionaid (ao longo de 2005), para a qual editou o website Diálogos sobre Pobreza e Desigualdades, 2005;

editora e jornalista colaboradora do Ibase (1994-95; 1998-2001)

Victor Vincent Valla (Educação e Saúde Coletiva): Um dos fundadores da organização não governamental Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (Cepel), no Rio de Janeiro, a partir de um projeto de pesquisa desenvolvido pelo Departamento de Endemias Samuel Pessoa (DENSP), da ENSP/ Fiocruz, que há cerca de 10 anos abriga um núcleo de pesquisadores e professores voltado para o estudo das questões de pobreza, religiosidade popular e saúde.

2. O mercado das redes sociais digitais ou virtuais

Microsoft entra para o mercado das redes sociais

26/04/2006 10:50 www.baboo.com.br/absolutenm/anmviewer.asp?a=22969

A Microsoft deu origem a uma nova empresa que se dedicará às redes sociais virtuais. Batizada de Wallop, a companhia dará origem a uma comunidade virtual homônima que fará frente às concorrentes MySpace e Friendster, pouco conhecidas dos brasileiros que preferem a rede social Orkut, do Google. No site da Wallop, que sem precisar datas anuncia seu lançamento ainda em 2006, o serviço é vendido como "uma nova maneira dos internautas se expressarem online".

Após Microsoft, AOL e MySpace

apresentam redes sociais

11/05/2006 12:26 www.baboo.com.br/absolutenm/anmviewer.asp?a=23212

O mercado de redes sociais nos Estados Unidos acaba de ganhar dois lançamentos simultâneos. Enquanto o MySpace, da News Corp., tenta manter sua liderança com o anúncio de um mensageiro instantâneo exclusivo para seus usuários, o portal AOL oficializa sua entrada

no setor com o lançamento do AIM Pages, nesta quinta-feira. O novo serviço do portal AOL, oferecido ainda em beta, apresenta como principal atração a capacidade dos usuários formatar sua página pessoal conforme seu gosto, com o uso dos chamados Módulos. A novidade é uma aposta da AOL frente à interface restrita e com design pobre de seus principais concorrentes.

5. Caminhos a desbravar

Os dados e análises apresentados neste relatório apontam para inúmeras possibilidades de estudos e projetos envolvendo as articulações em rede para práticas cidadãs e intervenção nas esferas públicas, com apoio das tecnologias digitais de informação e comunicação. Porém, levando em conta as prioridades institucionais estabelecidas pelo Nupef e seu estágio ainda iniciante de atividades, com recursos humanos e infra-estrutura limitados, recomenda-se que novas parcerias sejam estabelecidas com diferentes segmentos e áreas de conhecimento da comunidade acadêmica, em âmbitos local, regional e nacional. Essas parcerias devem ter dois focos estratégicos fundamentais:

- a) ampliar a rede de colaboradores que possam engajar-se em novos projetos de pesquisa, ou ampliar o escopo dos já existentes, com a participação de bolsistas de iniciação científica e de orientandos de graduação, mestrado e doutorado;
- b) ampliar os financiadores potenciais dessas pesquisas e do esforço de disseminação dos seus resultados, incluindo as financiadoras estaduais de amparo a pesquisa (Faperj, Fapesp etc).

Do ponto de vista das possibilidades temáticas a serem desbravadas em novos estudos e pesquisas, vale destacar:

- a necessidade de ampliar os estudos empíricos sobre os chamados telecentros espalhados pelo país, analisando-os criticamente como iniciativas compensatórias da exclusão social e, por outro lado, como possibilidades de emancipação e “empoderamento” de comunidades através da inclusão sociodigital;
- a necessidade de ampliar os estudos empíricos sobre outras infraestruturas computacionais

conectadas à Internet, sobretudo as instaladas em escolas públicas e espaços comunitários, com o objetivo de verificar as transformações operadas em populações jovens e adultas.

Em relação a projetos de capacitação, seria interessante para o Nupef estimular parcerias com projetos de extensão de universidades públicas e privadas no entorno dos telecentros e outras iniciativas de redes comunitárias para apoio à utilização de ferramentas de construção de páginas e interação na Web, e à aprendizagem de técnicas de redação de textos, visando à produção de conteúdos próprios. Parte-se, aqui, de uma visão de inclusão digital que vá além do acesso à base tecnológica, propondo também o empoderamento informacional e cognitivo das populações periféricas atendidas nesses espaços.

Levando-se em conta que a produção de conhecimento no mundo das redes sociais – assim como no das ONGs e movimentos – é fortemente endógena, ou seja, produzida internamente, a partir da experiência prática adquirida no próprio campo de atuação, e que os resultados dessa produção encontram-se dispersos em miríades de publicações de circulação restrita e páginas Web de acesso limitado, recomenda-se o fomento de iniciativas de intercâmbio com o mundo acadêmico que possam, eventualmente constituir novas redes sociotécnicas. O Nupef poderia assumir um papel articulador desses dois mundos, através de ações de intercâmbio virtual, que incluíssem uma ferramenta colaborativa.



Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação da Rede de Informações para o Terceiro Setor

Rua Guilhermina Guinle 272 - 6º andar | Botafogo
22270-060 | Rio de Janeiro RJ Brasil
www.nupez.org.br | pesquisa@nupez.org.br
telefone +55 21 2527 5494
telefax + 55 21 2527 5460



ATRIBUIÇÃO. Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



USO NÃO-COMERCIAL. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



VEDADA A CRIAÇÃO DE OBRAS DERIVADAS. Você não pode alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta.

- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
- Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que você obtenha permissão do autor.